



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35.^a CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Registro: 2014.0000761693

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação n.º 0008555-87.2009.8.26.0358, da Comarca de Mirassol, em que é apelante JOÃO PAULO APONE (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados SILVANA MARTINS PEREIRA PAULINO (JUSTIÇA GRATUITA) e JOSÉ DONIZETE PEREIRA (JUSTIÇA GRATUITA),

ACORDAM, em 35^a Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MELO BUENO (Presidente sem voto), MORAIS PUCCI E LEONEL COSTA.

São Paulo, 24 de novembro de 2014.

Gilberto Leme
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Apelação sem revisão n.º 0008555-87.2009.8.26.0358

Comarca: Mirassol
Apelante: João Paulo Apone (justiça gratuita)
Apelados: Silvana Martins Pereira Paulino;
José Donizete Pereira
Interessado: Percival Candido da Costa

Juiz sentenciante: Flavio Artacho

ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. CULPA RECÍPROCA MANTIDA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL FIXADA EM VALOR CORRETO. Se as provas produzidas nos autos demonstram que o réu trafegava sem o devido cuidado e em velocidade incompatível com o local, deve responder concorrentemente pelo acidente com a vítima, que trafegava de bicicleta indevidamente pelo meio da via. Indenização por dano moral que se mostra suficiente para reparar a dor experimentada pelos autores diante da morte de seu genitor. Recurso desprovido.

VOTO N.º 11.762

Trata-se de recurso de apelação interposto à r. sentença de fls. 184/188 que excluiu o réu Percival Cândido da Silva do pólo passivo da demanda e julgou procedente, em parte, a pretensão inicial em relação ao co-réu João Paulo Apone, condenando-o a pagar aos autores a título de dano moral o valor de R\$ 80.000,00, sendo R\$ 40.000,00 para cada um deles, com correção



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

monetária partir da sentença e com juros de mora a partir da data do acidente (2.2.2009). Em razão da sucumbência, os autores foram condenados a arcar com os honorários advocatícios em favor do advogado do réu Percival no importe de R\$ 1.200,00. No mais, reconheceu a sucumbência recíproca, condenada cada uma das partes remanescentes a arcar com metade das custas processuais e compensando-se os honorários advocatícios, observando-se a Lei 1.060/50, tendo em vista que ambas as partes são beneficiárias da gratuidade.

Apela o réu João Paulo Apone, alegando que o valor da indenização deve ser reduzido, pois deve levar em conta a situação econômica do ofensor e o seu grau de culpabilidade. Aduz que a vítima teve culpa exclusiva pelo acidente, arguindo que as provas produzidas nos autos demonstram tal culpa.

Recurso tempestivo, dispensado de preparo por ser o apelante beneficiário da gratuidade (fl. 128) e respondido.

É o relatório.

Narra a petição inicial que, em 2.2.2009, por volta das 6:30 horas, o genitor dos autores, Antônio José Pereira, trafegava com sua bicicleta pela Rodovia José Jerônimo de Paula, Km 3, sentido Bálsamo-Mirassolândia, quando foi atingido em sua traseira pela caminhonete pelo réu-apelante e de propriedade do segundo réu Percival. Alegam os autores que o veículo era conduzido em alta velocidade e que o veículo apresentava problemas no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

freio, pelo que veio a causar o acidente e, por consequência, a morte da vítima.

Em contestação, o réu-apelante não nega a ocorrência do acidente, apenas argumenta que, ao contrário do que constou da petição inicial, não estava trafegando em alta velocidade e que a bicicleta da vítima não tinha qualquer refletor, sendo que, no momento do acidente, ainda não havia amanhecido, pois estava vigorando o "horário de verão", além do que a vítima trafegava no meio da pista de rolamento.

A r. sentença recorrida reconheceu a culpa recíproca entre as partes para a ocorrência do acidente. Consta do julgado que a vítima infringiu o art. 58 do CTB ao deixar de circular nos bordos da pista de rolamento, mas que o apelante também teria contribuído para o ocorrido por estar trafegando em velocidade incompatível com o local e pelo fato de o freio de seu veículo estar operando apenas com 50% de sua capacidade.

Os autores não apelaram da r. sentença, pelo que a controvérsia a ser dirimida nesta instância recursal restringe-se à culpa do réu.

Pois bem. A testemunha Antonio Guerreiro Alves, que presenciou o acidente, afirmou que a bicicleta da vítima possuía "olho de gato" nos pedais e no banco (fl. 60), o que é corroborado pelas fotografias de fls. 107/108 que demonstram que os pedais eram mesmo dotados de refletores.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Além disso, a aludida testemunha, que trafegava com a vítima no momento do acidente, e a testemunha Natalino Trivelato, que havia passado pelo local um pouco antes do embate, afirmaram que o dia já começava a clarear, não estando muito escuro naquele horário (fl. 160).

Assim, infere-se que o réu, por certo, trafegava sem o devido cuidado, pois, embora não se discuta que a vítima trafegava mesmo indevidamente pelo meio da pista de rolamento, não há como se admitir que não tenha o réu visto a bicicleta com certa antecedência, tendo em vista que o acidente ocorreu em local em que a pista é totalmente plana e sem qualquer placa, arbusto ou árvore que obstaculizasse o seu campo de visão, conforme se observa das fotografias do local (fls. 120).

Ademais, não há como negar que o réu trafegava mesmo em velocidade incompatível com o local. O Instituto de Criminalística da Polícia Técnico-Científica elaborou laudo acerca do local do acidente a fls. 82/53, concluindo que o veículo do réu trafegava a aproximadamente 98km/h no momento do acidente e que a velocidade máxima permitida para o local era de 80 km/h. Embora alegue o réu em contestação que a velocidade máxima do local era de 110 km/h, o relatório de investigações da Polícia consignou que a única placa existente naquela via indica o limite máximo de velocidade de 60 km/h (fl. 77).

Nem se argumente que a velocidade excessiva não teria contribuído para a ocorrência do acidente, pois, por certo, que a velocidade do veículo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

interferiu no impacto com a bicicleta e, por consequência, na queda da vítima.

Tanto isso é verdade que, pelo croqui elaborado pela Polícia Técnico-Científica (fl. 34), verifica-se que a bicicleta da vítima foi arremessada a 35 metros do local do embate e o veículo do réu somente conseguiu parar a mais de 50 metros, tendo ele inclusive saído da pista, com marcas de frenagem por 40 metros.

Note-se que nem mesmo em contestação argumenta o réu que a bicicleta da vítima tenha interceptado sua passagem repentinamente, o que poderia explicar o embate. Apenas argumenta que não teria visto a bicicleta e que ela trafegava indevidamente pelo meio da via. Mas, conforme já consignado, não há como isentar o réu de sua culpa concorrente, pois se estivesse atento à direção do veículo e em velocidade compatível ao local, por certo, teria conseguido, ao menos, amenizar as consequências do acidente, como bem concluiu o Magistrado a quo.

No mais, a indenização por dano moral de R\$ 40.000,00 para cada um dos autores, filhos da vítima morta no acidente, mostra-se fixada em valor razoável à dor por eles experimentada, não merecendo redução.

Pelo meu voto, pois, nego provimento ao recurso.

GILBERTO LEME
Relator